

# Do Cabresto às Fake News: inquietações da democracia do Brasil



Eduardo Schamne Barbosa<sup>1</sup>; Olga M Q Krieger<sup>2</sup>  
<sup>1,2</sup> Centro Universitário Unifacear

## RESUMO

*Em mais de 500 anos após a chegada dos portugueses ao Brasil, passaram muitas águas por debaixo da ponte, da colônia ao Império, do império para a República, e assim por diante. Através de bases históricas, esse artigo demonstra os caminhos que nossa democracia já percorreu, os desafios aos quais teve que superar para continuar existindo, os riscos atuais e futuros para que ela seja de fato efetivada e faça jus ao seu significado, sem que seja coagida por políticos, elite financeira ou social. Da época dos coronéis e do voto de cabresto a era digital e as Fake News, como a democracia brasileira foi e está sendo moldada e o que pode ser feito para contribuir com o avanço desse mecanismo fundamental dentro de um Estado de Direito.*

*Palavras chave: democracia; Brasil; eleições; redes sociais; fake news*

## ABSTRACT

*Through historical bases, this article demonstrates the paths that our democracy has already undergone, the challenges it has had to overcome in order to continue existing, the current and future risks so that it can be effectively realized and live up to its meaning without being coerced by politicians, financial or social elite. From the time of the colonels and the halting vote to the digital age and the Fake News, how Brazilian democracy was and is being shaped and what can be done to contribute to the advancement of this fundamental mechanism within a State of Right.*

*Keywords: Brazil, Election, Social Networks, Democracy*

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo se propõe a compreender e relacionar, por meio de uma revisão histórica, a dinâmica coronelista e o voto de cabresto do início do século passado com os possíveis elementos de manipulação eleitoral das fake news e seus impactos, emergindo inquietações da democracia no Brasil.

O exercício do direito político ao voto foi encurralado por formas de opressão político-econômicas desde a época do cabresto até os dias atuais, não mais pela ameaça da força física, mas agora pelo incentivo ao medo e ao ódio através das redes sociais. As

fake news, nesse sentido, podem ser consideradas um novo controle antidemocrático, que, diferentemente do início do século XX, não respondem a um dono do poder específico, como o eram os coronéis, mas refletem forças ora dispersas, ora conjecturadas, renovando os desafios ao paradigma democrático da soberania popular.

Ao pesquisarmos a história recente do Brasil, é possível perceber que diferentes influências conseguiram definir os rumos da Presidência da República. Vale lembrar que a Própria República do Brasil já começou de uma maneira bastante contestável, pois, ao contrário do que alguns acreditam, a República brasileira não se iniciou com um clamor popular, muito pelo contrário, a chamada “Proclamação da República”, na verdade, foi um golpe de Estado promovido pelos militares e apoiados por grandes fazendeiros no dia 15 de Novembro de 1889:

No dia da ação, cerca de 600 soldados do 1º e do 3º Regimentos de Cavalaria e do 9º Batalhão marcharam em direção ao quartel-general do Exército, no Campo de Santana, onde se encontrava o visconde de Ouro Preto reunido com seus ministros. Cidadãos comuns julgaram tratar-se de um desfile militar. Nem os soldados, aliás, sabiam que estavam indo derrubar o governo; muitos, mais tarde, protestaram e quiseram restaurar o Império, mas foram presos. Só naquela noite, quando os conspiradores se reuniram, foi proclamada, silenciosamente, a República. Um governo provisório foi instaurado, com Deodoro na presidência de uma república federativa. Os principais conspiradores receberam ministérios, colegas de caserna do presidente receberam governos provinciais e os soldos dos militares tiveram aumento de 50%. A nova administração governou por decreto, verdadeira fábrica de leis. A bandeira nacional foi modificada: de dentro do losango amarelo saiu o brasão da família imperial e entrou um globo azul com o dístico “Ordem e Progresso”, baseado no lema positivista de Comte “o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim. (SCHIMIDT, 2016, p. 25)

O amadurecimento da vivência democrática em nosso país, nos diferentes momentos do século passado até os dias de hoje, seria permeado por novidades tecnológicas que, ainda, somos incapazes de compreender seu alcance e potencial. As primeiras impressões apontam decisivamente para uma forte instabilidade do exercício dos direitos políticos como um processo continuamente vivenciado na democracia brasileira, agora reformulado pelo poder das redes sociais.

## **2. DE PINDORAMA À REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Pindorama, Terra de Vera Cruz, Terra dos Papagaios, Terra de Santa Cruz, Brasil, Império do Brasil, Estados Unidos do Brasil e República Federativa do Brasil. Muitos são os nomes que foram dados ao Brasil, conforme foram passando-se os anos após o seu (re)descobrimto pelos portugueses. Em relação ao período colonial,

temos um grande lapso temporal, partindo da chegada de Pedro A. Cabral em 21 de abril de 1500 à instalação do governo geral em 1549, que, de forma sucinta, foi um modelo administrativo implantado por ordem do rei D. João III em substituição das capitanias hereditárias, modelo esse que não obteve o retorno econômico e político esperado.

O historiador Boris Fausto ressalta alguns importantes fatores para a implantação do governo geral no Brasil: o Enfraquecimento comercial na Índia, a instabilidade política na consolidação portuguesa no Marrocos e a invasão espanhola em colônias de Portugal. A ordem do rei representava toda a extensão da esfera pública, de maneira que a noção de “democracia” ou participação popular envolvendo as decisões de Estado simplesmente não existia: o Estado consubstanciava-se nos interesses da coroa e da corte, sob forte influência da Igreja.

Passado o período colonial chegamos ao Império Brasileiro, instaurado juntamente com a independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822. Dom Pedro I, primeiro chefe de Estado do agora independente império, ficou insatisfeito com os rumos que os trabalhos legislativos estavam tomando para a feitura da constituição Imperial, e, em um ato autoritário e invasivo, Pedro I dissolveu a assembleia constituinte no dia 12 de novembro de 1823, episódio que ficou conhecido como “noite de agonia” haja vista que o exército invadiu o plenário da assembleia, prendeu e deportou os deputados constituintes.

Em uma “democracia” ainda incipiente, em que pouquíssimos eram considerados cidadãos e detinham poderes políticos para exercer o voto, o próprio Imperador era o carrasco, pois além de afastar o legislativo, deixou a cargo do Conselho de Estado a confecção do novo Diploma legal. E, se durante o reinado de Dom Pedro I ele era o carrasco da liberdade e do contraditório, durante o reinado de seu filho, Pedro II os latifundiários foram as grandes pedras no sapato das importantes reformas pretendidas pelo Imperador. Segundo SCHIMIDT

O último gabinete do Império, o do visconde de Ouro Preto, tinha engatilhado um programa bastante amplo de reformas, inclusive agrária, as quais, se implementadas, teriam injetado sangue novo no corpo ancilosado da monarquia brasileira, tornando-a uma das mais modernas do planeta. Um Terceiro Reinado sob a égide da princesa Isabel se avizinhava progressista, pois a notória carolice dela em nada interferiria nas decisões de seus gabinetes, ao passo que sua falta de vínculos com os grandes proprietários de terra ou com as Forças Armadas lhe permitiria exercer o Poder Moderador com a mesma isenção de seu augusto pai, o imperador Pedro II. Nada disso, contudo, era admissível para a elite latifundiária, já escandalizada no fundo dos bolsos pela Abolição da Escravatura a 13 de maio de 1888. Assim, quando o Exército se rebelou contra a Monarquia, recebeu total apoio das oligarquias rurais, principalmente de São Paulo. A queda do Império resultou de um acordo entre elites que desejavam conservar seus privilégios e caudilhos que almejavam o poder. (SCHIMIDT, 2016, p.10)

Passado o trauma da queda do Império e do início da República em 1889, o primeiro presidente civil só foi eleito diretamente em 1894, sendo Prudente Jose de Moraes Barros o escolhido para governar o Brasil. Junto com Prudente, veio a “ república do café com leite”, uma alternância de poder entre os estados de Minas Gerais e São Paulo que durou até 1930, onde através de uma revolução, temos o início da era Vargas.

É importante ressaltar que de 1889 a 1930 as eleições foram influenciadas pelo voto de cabresto, onde os coronéis ajudavam a decidir os resultados dos pleitos, Eduardo Belém de Andrade Neto explica que *“O voto de cabresto foi a ferramenta utilizada pelos coronéis para controlar o voto popular, por meio de abuso de autoridade, compra de votos ou utilização da máquina pública. As regiões controladas politicamente pelos coronéis eram conhecidas como currais eleitorais, sendo o povo coagido a votar nele ou no seu candidato”* (NETO, 2019, não p.)

O breve apanhado histórico até aqui tecido revela um Brasil ainda colonial, tanto produto quanto continuidade dos padrões estabelecidos pela colonização portuguesa e, ao contrário do que no início do século XX se pudesse esperar, o modelo de civilização europeu não poderia simplesmente ser aplicado à modernização brasileira. A constante disputa pela cooptação de forças não permitiu o movimento de rompimento e transformação da população como um todo, presa aos desmandos da elite econômica, perfazendo-se uma forma social de manutenção de privilégios.

Na sequência, com a Revolução de 1930, conforme já dito, Getúlio Vargas chegou ao poder, e entre idas e vindas na Presidência da República ficou até 1945, quando perde seu posto para Eurico Gaspar Dutra que permanece no cargo até 1951. Nas eleições de 1951, Getúlio Vargas assume o poder novamente e fica até a data de seu suicídio em 1954. Getúlio, estava sob forte pressão de militares, políticos e jornalistas, nas palavras do historiador Jaime Pinski,

Seu último e trágico gesto precisa ser compreendido dentro dessa dimensão, ele preferiu protagonizar um teatro de tragédia a submeter-se à humilhação e ao teatro patético que os adversários encenariam com sua renúncia. (PINSKI, 2019, não p.)

Sete anos após a morte de Getúlio, assume a presidência João Goulart, o “Jango”, Nessas alturas, o Brasil era uma República Parlamentarista, ou seja, o poder não estava em suas mãos, então, através de um plebiscito, Jango recupera o sistema presidencialista e retoma sua atuação, até ser deposto pelo regime militar, pois era visto como uma “ameaça comunista” ao Brasil, Carlos Schmidt ressalta que:

A resposta da classe média veio na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniu 500 mil pessoas em São Paulo, gritando palavras de ordem. Foi o aval civil para o golpe militar que vinha sendo tramado há meses, nos quartéis de todo o país. Em 31 de março, tropas do Exército desencadearam a rebelião, com a bênção dos Estados Unidos e apoiada por conspiradores civis de relevância. (SCHIMIDT, 2016, p.220)

Nos anos que se sucedem, o exercício do voto como base democrática continua relativizado e fragilizado, seja pelos anos Vargas, a saída de Jango e a chegada dos militares ao poder. De 1964 a 1985 temos o período da ditadura, época em que o Brasil foi governado por militares, sendo o primeiro governante Castelo Branco e o último, João Figueiredo, o qual deu início a abertura política Brasileira, mas não de forma gratuita, pois, entre 1983 e 1984 estourou o maior movimento em prol da democracia já vistos no Brasil, o Diretas já, milhões de pessoas foram às ruas pedindo a volta do voto popular e da democracia em si, então o Congresso Nacional elegeu Tancredo Neves para a presidência, que, por sua vez, morreu antes de tomar posse, dando lugar a José Sarney. Em 1990, Fernando Collor é eleito Presidente da República, o primeiro presidente eleito desde pelo povo em quase 4 décadas, teve seu mandato encurtado por um impeachment, neste ano, o Brasil já estava sob égide da Constituição cidadã de 1988.

De lá para cá, passaram pela Presidência da República: Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer, e, assim como Fernando Collor, Dilma, a primeira presidente mulher, sofreu processo de impeachment em 2016 por crime de responsabilidade fiscal. Momento de ruptura histórica, em que se percebe a ruptura social por que passa o país, na divisão de visões de opostas do exercício político: nós contra eles. Não importando qual espectro político configure o “nós” e qual o “eles”, parte da população creditou o impeachment a um golpe “legislativo”, enquanto outro segmento viu no afastamento da então presidente como o resultado democrático das manifestações populares dos últimos anos, como os painéis em todo país. Independente do lado político-ideológico, viu-se desde então uma crescente e violenta onda de fake news tomarem conta das redes sociais e do cotidiano do brasileiro.

Repassar os momentos históricos de acesso ao poder pelos agentes políticos, principalmente da figura do chefe do Executivo, atenderia à necessidade de olhar-se com coerência para a relação entre democracia, estruturas de valores e relações de poder. Em última instância, *“nenhuma inovação institucional se faz num vazio de relações sociais e as próprias decisões do passado moldam em parte significativa as possibilidades do futuro”* (BOTELHO, 2009, p. 366). No entanto, estamos também diante

de novos elementos, os quais modificaram a arena social, política e cultural: as redes sociais e o desafio das fake news ao debate democrático.

Por definição, conforme o Dicionário de Cambridge, fake news são *“histórias falsas que parecem ser notícias, se espalhar na internet ou usar outras mídias, geralmente criadas para influenciar pontos de vista políticos”*. O país acaba de realizar mais uma eleição presidencial, onde o povo escolheu de maneira direta e livre o 38º Presidente da República. Entretanto, no pleito de 2018, as redes sociais, que já estavam em crescimento nas últimas campanhas eleitorais, foram, de fato, as grandes protagonistas: Facebook, Instagram, WhatsApp, Twitter entre outras.

Especialmente no Brasil, vivenciamos novos desafios à democracia. Não mais da transição e consolidação democrática, mas se relaciona a preocupações teóricas e políticas advindas de três processos: consolidação da democracia eleitoral; profunda insatisfação com os resultados dessas democracias em temas de justiça social, eficácia governamental e inclusão política; ampliação do campo da política e de construção da cidadania a partir dos anos 1990, iniciando um processo de ressignificação do exercício da democracia – para além das eleições – mas que, porém, a abertura de espaços públicos com capacidade decisória, de participação política da sociedade e do reconhecimento e inclusão das diferenças se encontra atravessado pela tomada das redes sociais – especialmente Facebook e whatsapp – como local privilegiado de debate público. (DAGNINO *et al*, 2006)

A participação democrática, que abraça o conflito de ideais, estaria, assim, sendo atropelado pela divulgação de notícias falsas, cada vez mais afastadas do diálogo. Nesse sentido, as redes sociais foram os principais meios de divulgação dos candidatos, onde muitos disponibilizam seus planos de governo, agenda de campanha etc. Se, no início de nossa república, os coronéis usavam de seu poder econômico para promoverem seus candidatos (voto de cabresto) hoje, os candidatos usam de suas “influências digitais” como instrumento para alcançarem seus eleitores.

É preciso, mais do que nunca atenção aos fatos e acontecimentos, afim de que evitemos repetir a história: violência pela violência, ignorância pela ignorância e assim por diante.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

À guisa de conclusão, a presente pesquisa nos leva a identificar a instabilidade do exercício dos direitos políticos como um processo continuamente vivenciado na democracia brasileira, agora reformulado pelo poder das redes sociais. Antes mesmo de

respostas, revisitar nossa história nos leva a recolocarmos as mesmas questões que envolvem nosso passado político-social, de busca pela consolidação da democracia que inclua a participação cidadã. Para onde vamos?

Porque são três as questões que se nos põem e elas têm que ser respondidas de modo articulado. Primeiro, onde estamos e para onde vamos é uma questão fundamentalmente intelectual, que podemos analisar com elementos cognitivos que temos, que a ciência e outros conhecimentos têm à nossa disposição. A segunda questão pode ser assim formulada: ante alternativas incertas, que é o que caracteriza um processo de transição, quais escolher? No fundo: de que lado estamos? Esta é uma questão moral, uma questão tão importante quanto a anterior. E finalmente há uma terceira questão: uma vez definidas as prioridades ou as alternativas pelas quais nós queremos pautar a nossa existência, como chegar lá? É a questão política. Portanto, há questões intelectuais, morais e políticas que se misturam. (SANTOS, 2001, p. 17)

Vivemos na era da informação, da internet, da tecnologia. Que possamos usá-las a nosso favor.

#### 4. REFERÊNCIAS:

- AVRITZER, Leonardo (org). *A dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo: Cortez, (introdução), 2010.
- BICUDO, PASCHOAL, REALE. *Pedido de Impeachment da Presidente da República Dilma Rousseff*. pp. 60-61.
- BOTELHO, André. *Universal e particular na sociologia brasileira da mudança social* (resenha). *Sociologias* (UFRGS), v. 21, p. 366-377, 2009.
- CAPPARELLI, Sérgio; SANTOS, Suzy. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito. In: BRITTOS, Valério; BOLAÑO, César (Orgs.). *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005. p. 77-101.
- COMPARATO, Fábio Konder. Sentido e alcance do processo eleitoral no regime democrático. *Revista Trimestral de Direito Público*, São Paulo, n. 17, p. 220-228, 1997.
- DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. *Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática da América Latina*. In DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. (orgs.) *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, pp. 13-92, 2006.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2013.
- HINDEMBURGO Pereira Diniz. *A monarquia presidencial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

- NETO, EDUARDO *Voto de cabresto: história e práticas atuais*, in <https://www.politize.com.br/voto-de-cabresto/>, acesso em 15.01.2019.
- PINSKY, JAIME. *24 de Agosto (1954): suicídio de Getúlio Vargas*, in <https://www.editoracontexto.com.br/blog/24-de-agosto-suicidio-de-getulio-vargas/>, acesso em 15.01.2019.
- SANTOS, Suzy; CAPPARELLI, Sérgio. *Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito*. 2016.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Seis razões para pensar*, Revista Lua Nova n. 54 *Pensar o Brasil*, pp. 13-24, 2001.
- SCHMIDT, PAULO. *Guia Politicamente Incorreto dos Presidentes da República*, São Paulo: Casa da Palavra, 2016.